ISBN: 978-85-7846-440-0

A GESTÃO FINANCEIRA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER NO TERRITÓRIO MÉDIO RIO DE CONTAS/BA

Ricardo Correia da Silva[1]

Temistocles Damasceno Silva[2]

Neidiana Braga da Silva Souza[3]

Pedro Henrique Iglezias Menegaldo[4]

Ivan Luiz Ferreira da Silva[5]

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a gestão financeira da política esportiva dos municípios que compõem o território médio Rio de Contas, no que se refere ao período de 2010 a 2013. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Desse modo, concluiu-se que a falta de consonância entre o planejamento e a execução orçamentária bem como a ausência de uma obrigatoriedade acerca do estabelecimento de um percentual mínimo do Produto Interno Bruto a ser gasto com o setor esportivo não possibilitaram a implementação de uma política esportiva significativa.

Palavras-chave: Esporte. Política. Gestão Financeira.

[1] Licenciado em educação física – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: ricardoedfisica2013@gmail.com

[2] Discente do doutorado em educação física – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: tom@uesb.edu.br

[3] Bacharel em Serviço Social – Universidade do Norte do Paraná. E-mail: neidianabraga@gmail.com

[4] Discente do mestrado em educação física – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: pedromenegaldo@hotmail.com

[5] Discente do curso de licenciatura em educação física – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: Ivan-luizFs@hotmail.com

ISBN: 978-85-7846-440-0

1. INTRODUÇÃO

A gestão financeira se apresenta como um instrumento que define as prioridades de aplicação dos recursos públicos e a composição das receitas enquanto resultado da correlação de forças sociais presentes no campo político (SALVADOR, 2010). Neste sentido, a eficiência deste processo perpassa necessariamente pelo planejamento orçamentário bem como por sua real execução. Sendo assim, a gestão financeira do setor público evidencia os possíveis caminhos assumidos pelo Poder Executivo durante um determinado ciclo político (MADEIRO, 2013).

Neste contexto, o surgimento do Ministério do Esporte no ano de 2003, delineou uma nova organização administrativa e um novo panorama ao financiamento do esporte brasileiro (GODOY, 2013). Entretanto, uma pasta ministerial recentemente criada e caracterizada pela escassez de infraestrutura física e pessoal associada a baixa visibilidade política e por uma dotação orçamentária inexpressiva, não despertou o interesse dos principais partidos políticos que compunham a base governista (MELO; HUNGÁRO; ATHAYDE, 2015).

No ano de 2007 o governo da Bahia adotou a divisão do seu espaço geográfico em territórios de identidade. Tal ação é considerada um avanço no planejamento das politicas públicas, haja vista que buscar estabelecer em seu discurso a proposta de um diálogo mais próxima entre as unidades representativas pertencentes aos territórios e o Estado. E assim, promover um desenvolvimento mais equilibrado e coeso dentro dos 27 territórios, este ocorreria através da observância de aspectos locais importantes como as características culturais, ambientais, econômica e social que representa cada região de cada região (BAHIA, 2014).

O Território de Identidade Médio Rio de Contas ocupa uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do estado da Bahia e possui uma população de 366.507 mil habitantes com densidade de 36,53 hab/km², distribuídos entres os seguintes municípios: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã (BAHIA, 2010). A maior

ISBN: 978-85-7846-440-0

parte da população concentra-se no município de Jequié (sede do referido território) e apenas três dos dezesseis municípios possuem mais de 20 mil habitantes. Outro dado significativo é que 14,3% dos habitantes pertencentes a estes 16 municípios, encontram-se abaixo da linha da pobreza (BAHIA, 2010).

Em relação a política esportiva implementada nos territórios baianos, existem poucas pesquisas correlatas a temática. Conforme Rocha (2012, p. 29):

> Outra questão importante deve-se ao fato de que, embora existam ações pontuais e isoladas, promovidas por instituições públicas, privadas e não governamentais, no território Litoral Norte e Agreste Baiano percebe-se a ausência do poder público na implementação de planos, programas, projetos e ações, no campo de esporte e lazer, de maneira a atender adequadamente e com qualidade a população e as demandas oriundas das comunidades deste Território, gerando uma carência enorme de manifestações culturais voltadas para as práticas corporais relacionadas a esporte e lazer. [...] Por fim, registra-se a ausência de um diagnóstico sobre o esporte e o lazer no Estado, bem como de uma discussão sobre o atual modelo de gestão das políticas públicas de esporte e lazer executado pelo Governo da Bahia, mais especificamente do Programa Território de Identidade e dos seus impactos no desenvolvimento territorial.

De acordo com o observado na literatura apresentada, a gestão financeira do setor esportivo no cenário nacional sofreu influência das diversas disputas de poder estabelecidas entre os campos: econômico, político e esportivo. Logo, surgiu a indagação e o interesse de compreender como se configura a gestão financeira do esporte e lazer nos municípios que compõem o território médio Rio de Contas - Bahia? Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi analisar a gestão financeira destinada ao esporte e lazer no Território do Médio Rio de Contas, tomando-se enquanto referência de análise, o planejamento e a execução orçamentária evidenciada nos documentos oficiais dos municípios investigados, no período entre 2010 a 2013. Para compreender esse processo, definiu-se como objetivos específicos: investigar a dotação orçamentária destinada ao setor esportivo e suas relações com o número de habitantes e o Produto Interno Bruto; Investigar a dotação orçamentária destinada ao setor esportivo e suas relações com os índices de desenvolvimento humano dos municípios investigados.

Enquanto procedimento metodológico, esta pesquisa caracterizou-se como exploratória de abordagem qualitativa. Neste sentido, para o coleta de dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (1977). De acordo com Triviños (1987), o referido método permite o uso de técnicas apuradas e

ISBN: 978-85-7846-440-0

valorizadas no que se refere à interpretação dos conteúdos, ampliando assim os significados inseridos implicitamente nos documentos investigados. Para Bardin (2011, p. 40), tal metodologia tem sido referência para diversas pesquisas de cunho qualitativo, e tem seu percurso traduzido da seguinte forma: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de resultados e a categorização.

Neste contexto, a fase da pré-análise esta atrelada a organização inicial das ideias proposta para operacionalização do estudo, bem como a sequencia das ações processuais da investigação (BARDIN, 2011). Logo, nesta etapa houve o levantamento e organização dos dados obtidos através dos Diários Oficiais Municipais das Prefeituras e nos Sites das Câmaras Municipais que compõem o território do Médio Rio de Contas.

Posteriormente, realizou-se uma leitura dos documentos selecionados, objetivando catalogar os dados e informações enxergados como importantes para a investigação, em adição houve a transcrição dos fragmentos textuais relacionados com o objeto da pesquisa. Salientando que durante a pré-análise, a saber, os documentos estudados foram: a Constituição Federal de 1988 e as Leis Federais correlatas ao fenômeno esportivo, as Leis Orgânicas, os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e a Leis Orçamentárias Anuais (LOA), evidenciando que os PPAs, as LDOs e LOAs atendem ao recorte estabelecidos entre os anos de 2010 a 2013.

Quanto ao tratamento dos resultados utilizou-se a categorização não apriorística. Desse modo, as leituras e a compreensão do processo da gestão financeira das políticas esportivas dentro do território possibilitam estabelecer uma relação entre o material estudado e a fundamentação teórica que alicerçam o olhar do pesquisador.

2. A GESTÃO FINANCEIRA DA POLÍTICA ESPORTIVA NO TERRITÓRIO INVESTIGADO

Ao analisar a dotação orçamentária dos municípios que compõem o território em questão foi possível destacar que a maior parte dos municípios destinaram menos de um milhão de reais de seus respectivos orçamentos para

ISBN: 978-85-7846-440-0

o setor esportivo. Nesta lógica, apenas o município de Jequié apresentou uma dotação significativa perfazendo um total de R$ 23.490.721,00 referentes ao período investigado. Em contrapartida, o município de Itagi apresentou a menor dotação orçamentária destinada ao setor abordado, R$ 411.000,00. Vale ressaltar que existe uma secretaria especifica para o fomento da politica esportiva local nestes dois municípios. Desta forma, tais indícios revelam a inexistência da relação de interdependência entre a estrutura administrativa e a alocação de recursos financeiros para a setor em questão.

Logo, o financiamento público deve ser enxergado sempre como um espaço de disputa entre os campos, onde seus agentes lutam pela captação de recursos alicerçados por instrumentos institucionais que vão dar vida ao planejamento. Esta ação de luta ou jogo se traduz nas dinâmicas sociais por meio das práticas incorporadas, ou seja, o *habitus* incorporado pela experiência e vivência no campo em questão, e que possibilitará ampliar as estratégias e especificidades para cada ação, através do que Bourdieu (1983) denomina como a “percepção do jogo”.

Ao correlacionar o valor das dotações orçamentárias destinadas ao setor esportivo ao Produto Interno Bruto dos municípios investigados foi possível constatar que não existe uma relação direta entre a proporção do PIB com o investimento no setor em questão. Desse modo, têm-se o exemplo do município de Ipiaú, o qual apresentou um elevado PIB e ao mesmo tempo, uma dotação orçamentária insignificante para a política esportiva local. Vale destacar que o município de Jequié apresentou um PIB superior a um bilhão de reais.

A divisão entre os valores orçamentários disponibilizados para o esporte e lazer pelo número de habitantes revelaram uma alteração nas posições dos municípios na pirâmide territorial. Neste sentido, o município de Ubatã passou a ser o líder em investimento no setor (R$ 202,82 *per capita*), seguido por Barra do Rocha (R$ 152,35 *per capita*) enquanto o município de Jequié desceu para o quarto lugar nesta classificação, com apenas R$ 142,00 *per capita.* Sendo assim, acredita-se que o valor global destinado ao esporte e lazer precisa manter um equilíbrio com a demanda populacional existente em cada município para que os gestores públicos possam materializar ações esportivas significativas, superando assim, a escassez de recursos públicos para o setor

ISBN: 978-85-7846-440-0

em questão. Desta forma, a utilização deste parâmetro poderia ser um instrumento de planejamento da política esportiva local, levando em consideração as diversas faixas etárias existentes no território investigado.

Nesta lógica, o direcionamento do orçamento depende do interesse da gestão que o elabora, das demandas que entendem como principais, ou seja, esse processo passa por uma seleção estatal. Espíndola (2008, p.41-42) afirma “se quiser saber das prioridades políticas governamentais, [...], o termômetro é o Orçamento Público. Ele é o documento que espelha as prioridades políticas e os beneficiados por elas”. Corroborando com esse pensamento, Salvador (2010) considera que é no orçamento onde são definidas as prioridades de aplicação dos recursos públicos e a composição das receitas, ou seja, sobre quem vai recair o peso do financiamento tributário. Não se trata de uma escolha somente econômica, mas principalmente resultado de opções políticas, refletindo a correlação de forças sociais presentes na sociedade.

Ao relacionar o valor do orçamento esportivo ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM constatou-se que municípios com maior execução financeira, não apresentam, necessariamente, os melhores índices de desenvolvimento humano. Em contrapartida, municípios com o investimento mínimo no esporte e lazer apresentaram um IDHM significativo. Desta forma, o IDHM deve ser visto como uma fonte essencial de informações na construção de um diagnóstico da qualidade de vida dos indivíduos de acordo com características como: expectativa de vida, o nível de escolaridade e a renda per capita.

Ao delinear os dados em questão, acredita-se que a gestão financeira do subcampo política pública de esporte e lazer é marcada por disputas nas quais o campo político busca maximizar interesses particulares. Tais dados corroboram com o pensamento de Rocha, Marcelino e Santana (2013, p. 815), os quais revelam que: “orçamento pode ser entendido como um instrumento de alocação de recursos a fim de satisfazer os propósitos humanos”. Para os autores, essas disputas tornam-se mais acirradas pelo fato de inexistir metodologia capaz de dar contorno mais objetivo ao processo de decisão na alocação de recursos orçamentários.

ISBN: 978-85-7846-440-0

Nesta perspectiva, se faz necessário ampliar o acesso da população a informação acerca do orçamento público destinado ao referido setor. Para Chassot e Allebrandt (2016, p.258): “as informações disponíveis ou disponibilizadas que circulam pela esfera pública, não são enriquecidas com detalhes explicativos para proporcionar um melhor entendimento”. Logo, acredita-se que a transparência administrativa quanto às ações realizadas, torna-se indispensável para que se desenvolva uma relação de confiança entre os gestores e a população. De acordo com Figueiredo e Santos (2014, p.1):

> A administração pública tem sido alvo de controvérsias a respeito da transparência de seus atos. Em países democráticos, a transparência superficial - não tanto pela dotação de recursos, mas pela sua aplicabilidade - se transforma em fator altamente questionável pela sociedade, o que, em muitos casos, tornam ocultas as informações da gestão pública, comprometendo a credibilidade sobre a assertiva desses atos.

Além disso, quando se trata da alocação de verba para o esporte e lazer seja no âmbito nacional, estadual ou municipal, existe uma disputa entre os subcampos estabelecidos pelo esporte educacional, esporte participação e esporte de rendimento, os quais ainda recebem influência direta do campo politico que através dos seus agentes acabam determinando onde e quando serão executadas as ações (AZEVEDO, 2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da investigação, pode-se perceber que o Território Médio Rio de Contas, apresenta-se alicerçada no modelo piramidal esportivo, a saber: o esporte educacional, o esporte participativo e o esporte de rendimento. Deste modo, ao olhar o financiamento das politicas publicas de esporte e lazer, evidenciou-se uma politica orçamentaria ainda bastante embrionária.

Nesta perspectiva, a existência de uma estrutura administrativa especifica para o setor em questão não garante uma alocação orçamentária mais significativa. Além disso, os dados da pesquisa revelam que o investimento no setor esportivo não estabelece uma relação direta com os índices de desenvolvimento humano. Ademais, a ausência de uma obrigatoriedade acerca do estabelecimento de um percentual mínimo do

ISBN: 978-85-7846-440-0

Produto Interno Bruto a ser gasto com o setor esportivo torna a política esportiva frágil.

Destarte, percebeu-se a necessidade de implantação de mecanismos para uma gestão participativa, a fim de inserir a população no processo de implementação e avaliação das ações esportivas. Logo, outros estudos são necessários para uma maior compreensão acerca da temática abordada.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. **Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula.** Rev. Bras. Ciênc. do Esporte. v. 37, nº 1, p. 2-10, 2015.

AZEVEDO, J. R. C. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado do Acre–Brasil**. 2015.

BAHIA, **Secretaria de Planejamento. Relatório Anual de Governo 2014.** Salvador: SEPLAN, 2014.

BAHIA, **Perfil Médio Rio de Contas.** Disponível em: ≤http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilMedioRiodeContas.pdf≥. Acesso em: 06 de agosto de 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229p

BOURDIEU, P. **Como se pode ser esportivo? In: Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHASSOT, J. P.; ALLEBRANDT, S. L. **Processos de discussão em espaços públicos**: a gestão social dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul. Espacios (Caracas), v. 37, 2016.

ESPÍNDOLA, A.M. de. **Lugar de criança e adolescente é no orçamento: análise da evolução do gasto público municipal com crianças e adolescentes em municípios catarinenses. (**Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GODOY, L. **O sistema nacional de esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2013.

ISBN: 978-85-7846-440-0

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, J. L. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. RC&C. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 6, p. 73-88, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** Perfil dos Municípios Brasileiros, Esporte 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MADEIRO, Â.T. **Financiamento das políticas públicas, especificidade da assistência social: Um estudo do FMAS (fundo municipal de assistência social) do município de Fortaleza no período de 2006 a 2009.** (Dissertação de mestrado), Programa de pós graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2013.

MELO, M. P., Hungaro, E. M., & Athayde, P. F. (2015). **1º mandato governo Lula da Silva/PT (2003-2006) e as políticas de esportes: aprofundando o projeto neoliberal.** Motrivivência, 27(45), 280-297.

ROCHA, L. C. Politicas públicas de esporte e lazer na Bahia: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano. (Tese de doutorado), Programa de pós graduação em Educação - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SALVADOR, E. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 104, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.